

■ Vice tentará acabar com o impasse nas contas públicas

O vice-governador Paulo Octávio (PFL) pedirá um encontro com os relatores do processo sobre o índice dos gastos da Câmara Legislativa e o Tribunal de Contas do DF (TCDF) em fevereiro. Empossado ontem ao lado do governador José Roberto Arruda, na Câmara Legislativa, Paulo Octávio afirmou que a idéia é tentar apressar a votação da matéria no Supremo Tribunal Federal.

— A decisão do STF precisa ser tomada o quanto antes. Se for demorada pode prejudicar todos os nossos projetos. Va-

Paulo Octávio cobra definição sobre gasto que ameaça créditos já negociados para obras públicas

mos tentar falar com os relatores para mostrar que a questão não pode retardar. Isso poderia prejudicar os financiamentos já concedidos — afirmou Paulo Octávio, que coordenou a equipe de transição.

O DF está impedido de con-

trair empréstimos internacionais porque foi enquadrado pelo Tesouro Nacional na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O motivo da punição foi o excesso de gastos da Câmara Legislativa e do TCDF. Os deputados gastaram algo em torno de 5% do orçamento do DF em 2006. Segundo entendimento do Tesouro, o índice não poderia ultrapassar os 3%.

A polêmica está na própria Constituição Federal, que dá ao DF prerrogativas de Estados e Municípios. Pela lei, os Estados podem gastar 3% do orçamento com despesas no Legislativo e os Municípios 6%. A discussão chegou ao STF, que deve julgar a matéria em fevereiro, quando retorna de recesso. (E.M.)